

GABARITO PRELIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João, cidadão brasileiro, decidiu organizar uma manifestação pacífica em sua cidade para protestar contra recentes medidas governamentais. Para isso, reuniu um grupo de pessoas e, tendo comunicado previamente as autoridades competentes, ocuparam uma praça pública com cartazes e discursos. Durante o evento, a polícia interveio, alegando que a manifestação não havia sido autorizada, e dispersou os participantes. João argumentou que o seu direito constitucional de livre manifestação estava sendo violado. De acordo com a situação hipotética apresentada e, com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A intervenção policial foi legítima, pois toda manifestação pública requer autorização prévia das autoridades competentes.
- **A manifestação poderia ocorrer sem autorização prévia, desde que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local. – OPÇÃO CORRETA.**
- A Constituição garante o direito de manifestação apenas em locais privados, sendo vedadas manifestações em espaços públicos sem autorização.
- João não tinha o direito de organizar a manifestação, uma vez que é necessário ser membro de uma entidade legalmente constituída para promover protestos.

Questão 02

Em 2024, o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Durante a competição, a jogadora de futebol Marta, conhecida por sua luta pela igualdade de gênero no esporte, foi entrevistada por um canal de televisão. Em sua fala, Marta criticou a desigualdade salarial entre jogadores e jogadoras, a falta de investimento no futebol feminino e o preconceito que as mulheres enfrentam no esporte. A entrevista foi amplamente divulgada e gerou grande repercussão na sociedade. Analisando a situação apresentada e, ainda, com base nos Princípios Fundamentais (arts. 1º a 4º) e nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º) presentes na Constituição Federal do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- O discurso de Marta, ao criticar a desigualdade no futebol feminino, não encontra respaldo nos Princípios Fundamentais da Constituição Federal, uma vez que a Carta Magna não trata de questões relativas ao esporte.
- A liberdade de expressão de Marta, ao criticar a desigualdade no futebol feminino, é limitada pelo princípio da defesa do Estado e das instituições democráticas, que permite a censura de manifestações que possam gerar instabilidade social.
- **A atuação de Marta, ao levantar questões sobre igualdade de gênero no esporte, contribui para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme expresso no art. 3º da Constituição Federal. – OPÇÃO CORRETA.**
- A manifestação de Marta, ao criticar a desigualdade salarial, a falta de investimento e o preconceito no futebol feminino, não encontra amparo nos Princípios Fundamentais da Constituição Federal, uma vez que tais questões não se relacionam diretamente com os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Questão 03

Paulo, servidor público municipal, recebeu uma multa de trânsito aplicada pelo departamento de trânsito da cidade Beta, sob o fundamento de que ultrapassou o limite de velocidade permitido. Inconformado, ele ingressa com um recurso administrativo argumentando que, no momento da infração, seu veículo não estava no local onde a multa foi aplicada, apresentando registros de câmeras de trânsito que colocavam seu veículo em outra avenida, no mesmo dia e horário. Após análise do recurso, o órgão de trânsito decide anular a multa, reconhecendo que houve erro na identificação do veículo, conforme fora levantado pelo departamento de trânsito da cidade Beta. O ato de anulação da multa foi formalizado por meio de um despacho da autoridade competente, declarando a invalidade do ato administrativo anterior. Diante dessa situação, Paulo questiona seus colegas sobre a natureza jurídica do ato que anulou a multa, pedindo esclarecimentos sobre seus efeitos e fundamentos legais. Com base na situação hipotética apresentada e nos conceitos de atos administrativos, é correto afirmar que o ato que anulou a multa:

- É um ato precário, pois pode ser modificado pela autoridade competente a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.
- Configura um ato revogatório, pois a Administração decidiu desfazer um ato legítimo, considerando razões de interesse público.
- É um ato vinculado, pois a Administração Pública não pode manter um ato ilegal e tem o dever de anulá-lo, independentemente de juízo de conveniência ou oportunidade. – **OPÇÃO CORRETA.**
- É um ato discricionário, pois a Administração Pública tem liberdade para decidir sobre a validade de atos anteriores, levando em conta critérios de conveniência e oportunidade.

Questão 04

O Município Alfa, visando melhorar a oferta de serviços de saúde à população, decide descentralizar a gestão dos hospitais públicos, criando uma entidade para gerenciar hospitais e postos de atendimento. Para isso, o prefeito propõe um projeto de lei à Câmara Municipal, criando uma pessoa jurídica de direito público e submetida ao regime jurídico de direito público, dotada de patrimônio próprio e capacidade administrativa independente. A entidade terá autonomia administrativa, financeira e orçamentária, mas será vinculada à Secretaria Municipal de Saúde. Durante a criação da entidade, surgem questionamentos sobre a sua natureza jurídica e o enquadramento dentro da Administração Pública. Alguns servidores municipais acreditam que se trata de um órgão da administração direta, enquanto outros entendem que se trata de uma entidade da administração indireta. Com base na situação hipotética apresentada e na estrutura da Administração Pública prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A entidade criada faz parte da Administração Pública Direta, pois está vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e presta serviços públicos essenciais à população.
- A entidade criada é uma autarquia, pois foi instituída por lei específica e possui personalidade jurídica de direito público, desempenhando atividade típica da Administração Pública. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A entidade pertence ao setor privado, uma vez que tem autonomia administrativa e financeira, não sendo subordinada diretamente ao prefeito ou à Secretaria Municipal de Saúde.
- A nova entidade integra a Administração Pública Indireta, sendo uma fundação pública, pois possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

Questão 05

Maria, viúva, acabou de perder o marido, o qual sempre geriu toda a vida financeira do casal, incluindo o patrimônio. Ela nunca trabalhou ou fez qualquer ato de gestão patrimonial, tendo se casado com o primeiro namorado, há mais de quarenta anos. Sem a vivência no que tange à administração de seu patrimônio e, sentindo que tinha necessidade urgente de ter dinheiro em espécie, resolveu vender um lote, que compunha os seus bens. Sabe-se que ela fez a venda pelo valor de R\$ 100.000,00 a um conhecido da família, posteriormente vindo a descobrir que o lote, em realidade, valia R\$ 1.000.000,00. Considerando a doutrina e as normas relativas aos negócios jurídicos, é possível afirmar que o defeito que está potencialmente presente na compra e venda do lote é:

- Erro.
- Lesão. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Coação.
- Estado de perigo.

Questão 06

Foi proposta ação de indenização por danos materiais no foro comum de determinada cidade. Durante a análise inicial da peça processual, o juiz competente para a causa percebeu claramente uma série de erros processuais, decorrentes de omissões perceptíveis na peça inicial e sua documentação instrutória, quais sejam: a petição não especificava valor da causa, não indicava em qual bairro, cidade ou CEP, para possibilitar a localização, se encontrava o endereço para a citação do réu e não possuía documento anexo essencial à comprovação do direito pleiteado, cuja petição fazia referência. Considerando que o juiz tenha tomado a providência legal prevista na legislação para o caso concreto, ele:

- Deu prosseguimento ao processo, uma vez que distribuída a ação não cabe ao julgador a postura de parcialidade ou auxílio a uma das partes.
- Indeferiu de pleno a petição inicial, posto que as omissões inviabilizavam o prosseguimento do processo, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.
- **Determinou que fosse emendada à petição inicial, no prazo de quinze dias, indicando expressamente o que deveria ser corrigido e/ou complementado pelo autor. – OPÇÃO CORRETA.**
- Deu prosseguimento à causa, suprindo ele próprio as omissões presentes na petição no que fosse possível, aplicando o princípio da cooperação e preservando os interesses e direitos do autor.

Questão 07

M.A.T., criança de 5 anos, foi vítima de violência física, sexual e psicológica praticada por seu pai biológico, Célio, dentro da casa onde a família reside. Após relatos feitos à sua professora na escola, o Conselho Tutelar foi acionado e encaminhou a menor para atendimento na rede de proteção. De acordo com a Lei nº 13.431/2017, sua oitiva deverá seguir procedimentos específicos para evitar a sua revitimização e garantir a sua proteção. A escuta inicial de M.A.T. será realizada por um profissional habilitado, consoante procedimento estabelecido na referida lei, no contexto da escuta especializada, com o objetivo de compreender a situação e direcioná-la para o atendimento adequado. No âmbito judicial, deve-se garantir um ambiente acolhedor e protegido e, além disso, o depoimento terá procedimento próprio conforme estabelecido, expressamente, na Lei nº 13.431/2017. Diante do caso hipotético apresentado e com base na lei supramencionada, assinale a afirmativa correta.

- A escuta especializada e o depoimento especial são sinônimos, podendo ser realizados indistintamente por qualquer profissional da rede de proteção ou autoridade policial.
- O depoimento especial da menor poderá ser realizado na presença do agressor, desde que respeitadas as regras do contraditório e da ampla defesa, para garantir a paridade de armas no processo penal.
- O depoimento especial de M.A.T. será realizado pelo delegado de polícia, que poderá ouvi-la informalmente, quantas vezes se fizerem necessárias, na delegacia, para registrar os fatos, sem necessidade de profissional especializado.
- **M.A.T. será ouvida em dois momentos distintos: primeiro na escuta especializada, para fins de acolhimento e assistência na rede de proteção, e depois no depoimento especial, com valor probatório na investigação ou no processo judicial. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 08

J.M.S., um menino de 9 anos, perdeu os seus pais há três anos e, desde então, passou a residir com seus avós maternos. Durante o período de um ano, dezembro de 2023 a dezembro de 2024, ele sofreu violências físicas constantes, caracterizando crime de maus-tratos. A situação foi descoberta pela escola, após professores perceberem que ele apresentava hematomas frequentes e sinais de sofrimento psicológico. A escola acionou o Conselho Tutelar, que providenciou o acolhimento do menino na rede de proteção. No decorrer da investigação, foram adotadas medidas para assegurar que a criança recebesse tratamento digno e fosse protegida de novas agressões, garantindo-se o seu direito à intimidade e evitando exposição pública da sua história. Além disso, J.M.S. foi ouvido por profissionais capacitados. Com base nos direitos e garantias previstos na Lei nº 13.431/2017, assinale a afirmativa correta.

- A proteção de J.M.S. está condicionada à sua classe social e condição econômica, pois crianças de baixa renda têm prioridade nos serviços da rede de proteção em relação a crianças de classes mais altas.
- O direito de J.M.S. permanecer em silêncio não pode ser assegurado, pois a legislação exige que toda criança, vítima de violência, fale sobre os abusos sofridos para garantir a punição dos agressores.
- **A legislação assegura que J.M.S. seja tratado com dignidade e de forma abrangente, recebendo apoio psicológico, proteção contra os seus agressores e acompanhamento especializado na rede de proteção. – OPÇÃO CORRETA.**
- J.M.S., por ser menor de idade, não pode expressar sua opinião sobre onde deseja morar ou sobre as medidas que serão adotadas, pois as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelos responsáveis legais.

Questão 09

Em 10 de março de 2023, Carlos cometeu um crime de fraude, para o qual, sob a lei vigente desde 2018, a pena prevista era de 8 a 10 anos de reclusão. Em 20 de janeiro de 2024, ocorreu uma alteração legislativa que reduzia a pena para entre 3 e 5 anos de reclusão para o mesmo tipo de infração. Em 17 de fevereiro de 2024, Carlos é condenado com base no crime praticado em 2023. Em 2025, durante o cumprimento de sua pena, uma nova mudança legislativa ajusta a pena para um intervalo de 4 a 7 anos de reclusão. Diante das sucessivas alterações nas leis penais, Carlos solicita à justiça a revisão de sua sentença, argumentando que deve ser aplicada a norma mais favorável. De acordo com os princípios de aplicação da lei penal no tempo, qual legislação deverá reger a situação de Carlos?

- Lei de 2025, com pena de 4 a 7 anos, por ser a norma mais recente aplicada no curso da execução da pena.
- **Lei de 2024, com pena de 3 a 5 anos, por ser a mais benéfica, aplicando-se o princípio da retroatividade benéfica. – OPÇÃO CORRETA.**
- Lei vigente em 2018, com pena de 8 a 10 anos, pois era a norma em vigor no momento da ação ou omissão do crime.
- Nenhuma modificação é necessária, pois a condenação já foi proferida em 2024 sob a legislação vigente à época do crime.

Questão 10

Clara comparece à delegacia para noticiar supostos crimes de desvio de patrimônio e falsificação documental cometidos por Joana, uma ex-namorada. Durante o depoimento, Clara e seu advogado fornecem detalhes sobre o caso, listam as testemunhas e entregam documentos que evidenciam a materialidade do delito e indícios de autoria. Três dias após o registro da notícia-crime, a delegada Giovana, responsável pelo caso, decide, sem realizar qualquer ato investigatório, indeferir a abertura do inquérito policial e ordena a suspensão do procedimento investigativo. Considerando os procedimentos adequados para dar continuidade à investigação apresentada, o que deverá ser feito?

- Recorrer ao Ministério Público para revisar a decisão de instauração do inquérito.
- **Recorrer ao chefe de polícia sobre a decisão do delegado de não abrir o inquérito policial. – OPÇÃO CORRETA.**
- Pedir que o Judiciário receba o caso, visto que a decisão de não investigar cabe à análise judicial nessas circunstâncias.
- Solicitar que os documentos sejam encaminhados ao Ministério Público, já que apenas tal órgão tem a prerrogativa de decidir sobre o não prosseguimento de investigações.

Questão 11

Considerando que a Lei de Execução Fiscal – LEF, Lei nº 6.830/1980, trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- O prazo para oferecimento de embargos à execução fiscal inicia-se a partir da intimação do depósito, após sua formalização e redução a termo.
- A simples falta de pagamento do tributo não configura, por si só, nem em tese, circunstância que acarreta a responsabilidade subsidiária do sócio, prevista no art. 135 do CTN. É indispensável, para tanto, que tenha agido com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa.
- Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

Está de acordo com a atual jurisprudência do STJ o que se afirma em

- **I, II, III e IV. – OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.

Questão 12

De acordo com a Lei de Execução Fiscal – LEF, Lei nº 6.830/1980, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O depósito integral do débito tributário para garantia do juízo afasta a incidência dos juros de mora a partir da data em que foi efetivado.
- () Em execução fiscal, a conversão do depósito em renda ou o levantamento da garantia só é possível após o trânsito em julgado.
- () A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.
- () Em execução fiscal ajuizada por conselho de fiscalização profissional, seu representante judicial possui a prerrogativa de ser pessoalmente intimado.

De acordo com atual jurisprudência do STJ, a sequência está correta em

- **V, V, V, V. – OPÇÃO CORRETA.**
- V, V, F, F.
- F, F, V, V.
- F, F, F, F.

Questão 13

Z.Z.Z., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, é “inimigo político” de W.W.W., também maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta. Em 5 de janeiro de 2025, aproximadamente às 15 horas e 20 minutos, no *Fun Country Club*, na cidade Brejetuba/ES, Z.Z.Z. avista W.W.W. próximo à piscina e, imediatamente, parte em sua direção, com a vontade livre e consciente de praticar vias de fato em seu desfavor; todavia, por circunstâncias alheias à sua vontade, é impedido por populares que se encontravam ao redor da piscina da agremiação retromencionada. Considerando as circunstâncias hipotéticas narradas no texto, assinale a alternativa correta.

- Em tese, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a conduta de Z.Z.Z. não é punível. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela tentativa da contravenção penal denominada – vias de fato – descrita no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei de Contravenções Penais.
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela consumação da contravenção penal denominada – vias de fato – descrita no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei de Contravenções Penais.
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela tentativa do crime denominado – abolição violenta do Estado Democrático de Direito – descrito no art. 359-L, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro.

Questão 14

De acordo com a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, estando evidenciados os pressupostos enumerados na lei retrocitada, poderá ser favorecido pela transação penal:

- José, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, deflagrou a infração penal prevista no *caput* do art. 202, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de reclusão de um a três anos, e multa.
- Solange, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal denominada – homicídio culposo – prevista no §3º, do art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de detenção de um a três anos.
- Maria, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal denominada – furto simples – prevista no *caput* do art. 155, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de reclusão de um a quatro anos, e multa.
- Paulo, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal descrita no art. 38, da Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, cujo preceito secundário dispõe a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinquenta a duzentos dias-multa. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 15

Uma sociedade empresária foi condenada a reparar os danos causados por defeitos na prestação de serviços a determinado consumidor. Na fase de cumprimento da sentença, foi comprovado que houve encerramento da pessoa jurídica provocado por má administração; nesse caso, a Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade. Sobre a responsabilidade de outras sociedades relacionadas à sociedade empresária executada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- As sociedades coligadas só responderão por culpa.
- As sociedades controladas são solidariamente responsáveis. – **OPÇÃO CORRETA.**
- As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis.
- As sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis.

Questão 16

O território do estado de Minas Gerais, para a administração da justiça em primeira instância, divide-se em comarcas. As comarcas constituem-se de um ou mais municípios, em área contínua, sempre que possível, e têm por sede a do município que lhes der o nome. As comarcas classificam-se como: de entrância especial – as que têm cinco ou mais varas instaladas e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes; de primeira entrância – as que têm apenas uma vara instalada; e de segunda entrância – as que não se enquadram nas hipóteses anteriores. A jurisdição de primeiro grau é exercida por, EXCETO:

- Juiz de Direito.
- Tribunal do Júri.
- Juizados Especiais.
- Central de Conciliação (CEJUSC). – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 17

O atual Presidente do TJMG é o Exmo. Desembargador Dr. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, e, o Primeiro Vice-Presidente, o Exmo. Desembargador Dr. Marcos Lincoln dos Santos. Por disposição legal presente no Regimento Interno do TJMG, ambos fazem parte do Conselho da Magistratura. Sobre esse Conselho e sua composição, analise os membros a seguir.

- I. Corregedor-Geral de Justiça, membro nato.
- II. Desembargador com maior antiguidade, entre os não integrantes do Órgão Especial do Tribunal, membro nato.
- III. Cinco Desembargadores, dentre os não integrantes do Órgão Especial do Tribunal, eleitos pelo Tribunal Pleno, observado o quinto constitucional.
- IV. Doze Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno, observados o quinto constitucional.

Está correto, enquanto membros do Conselho da Magistratura do TJMG, o que se afirma apenas em

- I e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.

Questão 18

Sobre as diversas Comissões previstas no Regimento Interno do TJMG, analise as alternativas a seguir.

- I. Comissão de Organização e Divisão Judiciárias.
- II. Comissão de Divulgação da Jurisprudência.
- III. Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças.
- IV. Comissão de Recepção de Autoridades, Honraria e Memória.
- V. Comissão de Segurança Institucional.

São Comissões em que faz parte e preside o Presidente do TJMG o que se afirma em

- I, II, III, IV e V.
- II e V, apenas.
- I, III e IV, apenas.
- I, III, IV e V, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 19

Laura, vítima de violência doméstica, recebeu medidas protetivas de urgência contra o seu ex-companheiro e agressor, Mauro, que incluem também restrições sobre as visitas aos filhos menores do casal. A medida foi registrada no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça, assegurando acesso imediato às autoridades competentes para garantir a fiscalização. Diante da situação, o juiz determinou que, para a proteção dos menores, as visitas de Mauro aos filhos seriam objeto de avaliação pela equipe de atendimento multidisciplinar. Após a análise, foi decidido que as condições das visitas precisariam ser ajustadas, considerando o risco que Mauro poderia representar. Com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e no caso hipotético descrito, qual é uma medida legalmente adequada que o juiz pode tomar em relação às visitas de Mauro aos seus filhos?

- Proibir as visitas de acordo com a vontade de Laura.
- Estabelecer uma agenda de visitas autorizada pelo juízo.
- Determinar que as visitas sejam supervisionadas por um conselheiro tutelar.
- **Determinar restrição ou suspensão das visitas, conforme avaliação profissional. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 20

Mariana e Júlia estão em um relacionamento amoroso há 5 anos, morando juntas há 2 anos. Recentemente, Mariana tem demonstrado comportamentos agressivos devido a problemas financeiros, resultando em episódios recorrentes de violência física e psicológica contra Júlia. Preocupada com a sua segurança, Júlia quer buscar proteção legal, mas tem dúvidas se a Lei Maria da Penha se aplicaria ao seu caso, considerando que ambas são mulheres. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), como se caracteriza a proteção legal nesse cenário de relacionamento homoafetivo?

- A aplicabilidade da lei depende da diferença de força física entre as parceiras.
- **A proteção legal se aplica, independentemente da orientação sexual das envolvidas. – OPÇÃO CORRETA.**
- O caso não se enquadra como violência doméstica devido à natureza homoafetiva da relação.
- A lei considera que ambas as partes estão em situação de igualdade por serem do mesmo gênero.

LÍNGUA PORTUGUESA

É preciso valorizar o velho para aprender a apreciar a novidade

Um caso recente chama a atenção para a realidade avassaladora de que pessoas idosas no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária, acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto.

Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior. Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.

A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.

É fato que, em diversas oportunidades, a violência se manifesta como uma reação do cuidador às situações de exaustão ou mesmo despreparo para lidar com o contexto de cuidados necessários. Também não é incomum que os abusos decorram de desconhecimento sobre direitos e/ou deveres envolvidos na relação de convivência.

Em todos os casos, é preciso observar o impacto do etarismo ou idadismo nos relacionamentos entre gerações.

Etarismo ou idadismo é a discriminação baseada na idade ou no envelhecimento e, como diversas outras formas de preconceito, encontra-se enraizada em nossa sociedade. Não é difícil perceber que, em uma sociedade estruturada na necessidade extrema de consumo, de novidade atrás de novidade, na qual um objeto que não seja novo, recém-adquirido já não atrai mais, tal dinâmica não passe a ditar também as relações humanas.

Não é incomum e nem causa espanto que, no lugar de buscarmos a experiência, a vivência daqueles que nos antecederam como algo precioso, como privilégio, vejamos a pessoa idosa e tudo o que ela tem a dizer como superado ou superável e, em certo ponto, até mesmo descartável. E essa descartabilidade se irradia por todas as relações, inclusive para normalizar a violência, especialmente as mais silenciosas, que não deixam marcas aparentes, e a discriminação.

Esse caminho, além de perverso, é perigoso e certamente atingirá a cada um de nós em algum momento. Não nos esqueçamos: estamos envelhecendo a cada segundo. Com esse objetivo, de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos da pessoa idosa e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

É necessário o combate aos abusos e à violência nas suas manifestações mais primárias para que aquelas mais graves não cheguem a acontecer ou, quando acontecerem, sejam devidamente reprimidas.

É necessário que a sociedade esteja atenta e alerta, também priorize a qualidade de vida, juntamente o bem-estar de todas as pessoas, especialmente daquelas que não só contribuíram para que tenhamos avançado até aqui e ainda contribuem na medida em que podem nos ensinar com seus acertos e principalmente por seus erros.

É necessário virar a chave social para perceber que a novidade é maravilhosa e atrai de forma apaixonante, mas só a experiência, a sabedoria e a maturidade podem nos trazer o equilíbrio para apreciarmos de verdade o que é novo.

O Ministério Público, enquanto órgão incumbido também da defesa dos valores mais importantes ao corpo social, trabalha diariamente na promoção de direitos da pessoa idosa e na efetivação das políticas públicas de proteção. Se você tomar conhecimento ou presenciar situação de violência ou abuso contra pessoa idosa, denuncie!

(Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência. Estado de Minas. Em: 15/06/2024.)

Questão 21

O emprego de algumas expressões e termos linguísticos permite reconhecer a construção de um enunciador de acordo com a intencionalidade do enunciado proposto, assim, pode-se afirmar que no 3º e 4º§ do texto:

- A utilização de uma linguagem formal permite ao enunciador demonstrar objetividade, clareza e autoridade no assunto exposto.
- **Termos como “buscarmos”, “vejamos”, “nos” e “nós” demonstram inclusão, indicando proximidade do enunciador para com o interlocutor. – OPÇÃO CORRETA.**
- A expressão “a vivência daqueles”, em que há referência à terceira pessoa do discurso, denota possibilidades interpretativas de um enunciador que, alheio aos fatos, afasta-se deles, para concluir e expressar o seu posicionamento.
- Não é possível identificar o enunciador de forma precisa a partir das expressões “buscarmos” e “vejamos”, escolha linguística que denota apagamento de qualquer tipo de subjetividade com a qual o texto possa estar comprometido.

Questão 22

Pode-se afirmar que o 1º§ do texto constitui-se a partir de:

- Ponto de vista seguido de argumento. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Analogia associada a um estudo de caso.
- Ponto de vista seguido de citação de autoridade.
- Fato noticiado de grande repercussão seguido de posicionamento crítico.

Questão 23

Considerando o emprego de oração subordinada subjetiva para constituição do título atribuído ao texto, indique a alternativa que corresponde a tal estrutura e mantém o sentido produzido por ela.

- A valorização do velho é necessária para a apreciação do novo.
- Ainda que haja valorização do velho, o novo também deve ser apreciado.
- **É preciso que valorizemos o velho para aprendermos a apreciar a novidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- É preciso que o velho seja valorizado, mas também a novidade deve ser apreciada.

Questão 24

A escolha lexical contribui para que a produção de efeitos de sentido tenha um direcionamento com um propósito comunicativo de acordo com a intenção do enunciador.

“Um caso (I) recente chama a atenção para a realidade avassaladora (II) de que pessoas idosas (III) no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária (IV), acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto (V).” (1º§)

Assim, considerando as expressões destacadas a seguir, indica contribuição para a explicitação de posicionamento específico o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- **II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

Questão 25

Em “*para aprender a apreciar a novidade*” (título), pode-se afirmar que:

- A função dos termos destacados é equivalente, assim como a impossibilidade de sua omissão.
- No contexto apresentado, o verbo “aprender” exige o uso da preposição; portanto, faz-se obrigatório o emprego do acento indicador de crase.
- **Os termos destacados indicam categorias gramaticais distintas, apesar de serem equivalentes quanto à grafia, desempenhando funções diferentes na oração. – OPÇÃO CORRETA.**
- A omissão dos termos destacados implicaria em redução da oração e consequente síntese da ideia apresentada preservando a correção, gramatical e semântica, original.

Questão 26

Dentre os trechos destacados a seguir, aquele que denota tomada de posição do enunciador de forma explícita, com a qual a argumentação construída contribui, está indicado em:

- “Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.” (3º§)
- **“Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.” (2º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, [...]” (4º§)
- “Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.” (3º§)

Questão 27

Em “*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§), observa-se o uso das vírgulas em que:

- Há propósitos distintos como, por exemplo, a separação de uma aposição. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A extensão do período é o principal fator para justificar o emprego do sinal de pontuação.
- Separando o trecho: “*mas se manifesta de muitas maneiras*”, a principal função é indicar a importância dessa informação.
- O deslocamento de “*não está restrita à agressão física*” para a posição logo após “*A violência*” manteria as vírgulas conforme o trecho original.

Questão 28

Assinale a frase em que o verbo “*haver*” tem valor semântico (desconsidere o tempo e modo verbal) diferente do produzido em “*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o ‘Disque 100’, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.*” (3º§)

- Haveria possibilidade de que a viagem agendada seja remarcada?
- No passado, houve muitas e muitas tentativas para modificar esta situação.
- **Disse que havia pensado em várias possibilidades para solucionar o problema. – OPÇÃO CORRETA.**
- É possível que haja sérias complicações decorrentes das escolhas feitas pelo grupo.

Questão 29

Dentre as expressões destacadas a seguir e respectivas propostas de substituição para uma possível reescrita, há adequação indicada em:

- “*no lugar de*” (8º§) / já que em vez de
- “*além de perverso*” (9º§) / posto que perverso
- **“*o impacto*” (6º§) / consequências significativas – OPÇÃO CORRETA.**
- “*essa descartabilidade*” (8º§) / a essa rejeição que

Questão 30

“*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§) A omissão dos acentos dos vocábulos acentuados no período destacado anteriormente implicaria em:

- I. Comprometimento do alcance do objetivo comunicativo.
- II. Alteração da categoria gramatical para alguns vocábulos.
- III. Possibilidades de novas leituras e produção de sentido do período.
- IV. Adequação à variedade informal da língua em outro contexto comunicativo.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e III, apenas.
- **I, II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.